

Formação em Psicologia e violências cisheteronormativas

CUNHA, Ailma;
Psicóloga - UNIARAXÁ

SILVA, Andreza Maira;
Psicóloga - UNIARAXÁ

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5234-189X>
CV: <http://lattes.cnpq.br/5278151756350247>

SILVA, Emilly Cristina;
Psicóloga - UNIARAXÁ
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4418-4468>

ALVES, Maria Clara Silva;
Psicóloga - UNIARAXÁ
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4537-7762>
CV: <http://lattes.cnpq.br/5819165718067082>

SILVA, Priscila Garcia.
Mestranda em Neuropsicologia pela UNIVERSIDADE DE
FLORES – Buenos Aires - Argentina
Professora - UNIARAXÁ
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6559-1577>
CV: <http://lattes.cnpq.br/0458091234282679>
priscilasilva@uniaraxa.edu.br
10.29327/evidencia.v20.i21.a9

Resumo: Neste artigo buscamos pensar a formação em Psicologia e o papel desta profissão em contextos de vulnerabilidade, opressão das sexualidades nas diversas faces da violência contra mulheres, LGBTQIAP+ e pessoas negras, traçando uma breve linha histórica sobre a violência de gênero, racismo/branquitude e LGBTQIAP+fobias. A partir da reflexão acerca dos diversos mecanismos de poder e dominação que subalternizam pessoas negras, mulheres, LGBTQIAP+ e indígenas, objetiva-se encontrar e produzir linhas de fuga em contextos acadêmicos tão cheios de violências. Este é um desafio sobre o qual as Psicologias Brasileiras precisam se debruçar rompendo com a contínua importação de saberes eurocentrados e cisheteronormativos, promovendo uma formação ética, estética, política e plural.

Palavras-chave: Corpos. Formação em Psicologia. Sexualidade. Violências Cisheteronormativas.

ABSTRACT: In this article we seek to think about training in Psychology and the role of this profession in contexts of vulnerability, oppression of sexualities in the different faces of violence against women, LGBTQIAP+ and black people, tracing a brief historical line on gender violence, racism/whiteness and LGBTQIAP+ phobias. Based on reflection on the various mechanisms of power and domination that subordinate black people, women, LGBTQIAP+ and indigenous people, the aim is to find and produce lines of escape in academic contexts so full of violence. This is a challenge that Brazilian Psychologies need to address, breaking with the continuous import of Eurocentric and cisheteronormative knowledge, promoting ethical, aesthetic, political and plural education.

Keywords: Bodies. Training in Psychology. Sexuality. Cisheteronormative Violence.

Introdução

Temas como *Mulheres, Violências Cisheteronormativas, Racismo e Sexualidades* não são recorrentes na formação em Psicologia e, quando sim, são propostos muito mais pelo corpo discente e professoras feministas do que pela matriz curricular da instituição em si. Afinal, como já apontava Hooks (2013, p. 16) “a sala de aula feminista era o único espaço onde os alunos podiam levantar questões críticas sobre os processos pedagógicos”.

É possível identificar silenciamentos dos efeitos colonizadores da monogamia, da colonização de nossos saberes, pensamentos e sentimentos, negando, a um número grande de futuros profissionais de Psicologia, acesso a esse e outros conceitos importantes.

A vida acadêmica nem sempre permite ao corpo discente o tempo necessário para refletir, escrever e realmente vivenciar a formação escolhida. É Deleuze (1972), que afirma que se a sociedade de controle impõe um excesso de atividades e demandas, para não nos sentirmos em dívida e não percebermos a rede de exploração que nos envolve. Não pensemos que com o corpo docente é diferente, já que a sobrecarga de trabalho, a parca remuneração e baixa valorização da profissão, consomem o fluxo principal de energia para trabalhos burocráticos, não deixando tempo e saúde mental para que a categoria desenvolva projetos mais vívidos e concretos. Muitas vezes, docentes se empenham, mesmo com a insalubridade nas instituições e propõem uma educação descolonizadora e condizente com a realidade local, buscando desenvolver pensamento crítico entre discentes. Nestes casos, pode acontecer do próprio corpo discente se negar a uma prática transgressora de ensino. Segundo Hooks,

a resistência dos estudantes a formas de aprendizado não baseadas em memorização repetitiva ou atividades previsíveis praticamente se tornou norma, devido à obsessão por diplomas em detrimento

da educação. Esses estudantes querem saber exatamente o que devem fazer para conseguir a melhor nota, não estão interessados em aprender. Mas o aluno e a aluna que deseja saber, que despertou sua paixão pelo conhecimento, anseia vivenciar a comunhão mútua com professor e conteúdo que resulta em engajamento profundo. (HOOKS, 2021, p. 207)

Assim, falar sobre formação em Psicologia e Cisgeneridades, implica falar destes diversos contextos de violências entre docentes e discentes, docentes e instituição de ensino, discentes e instituição de ensino.

As influências dos discursos na vivência da sexualidade e nas relações de gênero, de raça, e de poder, perpassam indagações e angústias (des)construídas dentro e fora da graduação. Refletir a sexualidade feminina em si, numa perspectiva feminista diante dos discursos patriarcais estabelecidos pelas hierarquias religiosas monogâmicas, pode despertar preconceitos muitas vezes imperceptíveis em nosso cotidiano. Os conceitos cisheteronormativos são naturalizados mesmo antes da primeira infância na sociedade ocidental e a não-monogamia perpassa estes discursos com um teor de imoralidade e pecado. E, muitas vezes, a formação universitária em Psicologia pode ser espaço de violência e não de resistência.

Questionamos sobre, qual é o papel da formação em Psicologia nestes temas? Pode a Psicologia intervir sobre as violências geradas no próprio ambiente acadêmico?

1. Sexualidades: conceitos e desdobramentos na formação psicológica

Uma discussão que atravessa a Psicologia é relacionada às questões das sexualidades que são constituintes do ser humano e provocam inúmeros questionamentos desde antes do nascimento de uma nova criança, suas descobertas adolescentes e todo o processo de maturidade e envelhecimento. Desde o pensamento Freudiano (1997), com a ruptura dos conceitos de ausência da sexualidade na infância e a nomeação da histeria feminina, até os dias atuais, muitas teorias repensam e, muitas vezes, desconstróem visões moralistas proporcionando à sociedade uma vivência mais livre da própria sexualidade.

Veiga (2021, p. 80), nos questiona se “a histeria, tal como Freud tratou e a que ainda comparece em nossos consultórios, existiria em um mundo em que não houvesse opressão de gênero e das manifestações da sexualidade?” Podemos pensar na violência de gênero como um dos fatores prováveis da histeria e de outros diagnósticos mais atuais e a reação de Emmy Von N., primeira paciente de Freud, como uma atitude política e transgressora ao pedir a “um homem branco no seu lugar de poder/saber médico que parasse com suas técnicas, hipnose e sugestão, na época, e a ouvisse” (VEIGA, 2021. p. 80).

Sendo a sexualidade uma constituinte do ser humano, diversos discursos referentes aos seus conceitos perpassam a psique, criando e recriando redes de conhecimentos e saberes que nem sempre promovem um enlace positivo em suas vivências. E, quando estes saberes e conceitos são criados dentro da própria

formação acadêmica e/ou da parte de profissionais considerados ainda como detentores de poder, acreditamos que seja mais difícil desconstruí-los e combatê-los.

Foucault (1993), aponta em seus estudos sobre a sexualidade que existem duas divisões básicas para este tema, nos quais a *scientia sexualis* abordaria o apoderamento dos discursos médico/biológicos sobre a mesma, principalmente o tangente a procriação; já a *ars erótica* seria posta como os atributos técnicos e práticos voltados para uma espiritualidade e corporalidade do prazer por suas diversas formas, durações, e não se limita a uma legitimação conceitual da sexualidade externa, mas procura entendê-la a partir de si mesma. Para Monteiro, a visão foucaultiana que se difundiu e naturalizou-se no ocidente foi a visão da

(...) *scientia sexualis*, que onde a confissão é central na produção de saberes sobre o sexo. Os ocidentais são levados a confessar tudo, expor seus prazeres, uma obrigação já internalizada. A confissão estabelece uma relação de poder onde aquele que confessa se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina (MONTEIRO, 1997, p. 37).

Esta visão confessional da sexualidade atravessada por discursos judaico/cristãos, intervém na vivência e nas formas da mesma a partir do momento em que, quem escuta a confissão detém o poder de interferir, seja por julgamentos e condenações morais, seja por conselhos e/ou interpretações. Um processo de vigilância e punição com cunho moralista cristão para se determinar as “verdades” presentes na sexualidade de forma a se manter o domínio sobre a mesma e sobre os corpos. Este processo para Foucault, seria acionador do mecanismo de poder presente em suas denominações de verdades dos discursos confessionais católicos, já que o ato de nomear e julgar as sexualidades e suas atribuições seriam atos de poder de quem determina o julgamento. Ato estes que colonizam os corpos, os pensamentos, os saberes e as sexualidades.

Para Corrêa (2003, p. 65), as teorias atuais buscam despir a sexualidade de conceitos naturalizantes e essencialistas acreditando que, “idéias essencialistas estão sempre subjacentes ao racismo, ao androcentrismo (e as formações patriarcais), à heteronormatividade compulsória, à homofobia e suas derivações”. Nesta lógica, os conceitos e teorias referentes à sexualidade, estariam impregnados de conceitos pré-determinados com bases em sistemas excludentes, como no sistema fundamentalista católico no qual a sexualidade é predominantemente vista como voltada para a procriação com base cisheteronormativa.

A sexualidade é histórica e cultural e, segundo Furlani (2007, p. 11), “dizer que algo é historicamente determinado é considerar que esse algo ‘tem uma história’, que foi concebido num ‘determinado tempo’, numa ‘época específica’, num ‘certo contexto’”. Pensar a sexualidade na contemporaneidade é também pensar em toda a complexidade que a liberação sexual proporcionou, principalmente às mulheres e às pessoas LGBTQIAP+; pensar que os atravessamentos históricos dos discursos judaico-cristãos influenciam na manifestação da sexualidade até o

momento presente, é saber que as mesmas mulheres e pessoas LGBTQIAP+ são as mais violentadas por estes discursos.

Castro et. al. afirmam que “a sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução” (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p.55), envolvendo assim, uma ampliação dos conceitos de sexualidade e do que a integra e constitui. O que, para Louro (2000. p. 5), significa dizer que,

a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Abrangendo as noções ampliadas de corpos, gêneros, identidade de gênero e orientação sexual, a sexualidade se torna uma porta de entrada para variadas concepções teóricas e ideológicas que ganham corpo dentro das academias, das organizações religiosas, no imaginário popular e também entre os movimentos feministas e LGBTQIAP+ que discutem esta temática numa lógica da opressão e da liberação afetivo-sexual. E entre estes diversos discursos o que cabe à Psicologia falar sobre a diversidade de corpos?

2 - CORPOS: marcas e (des)construções

Os pensamentos de Beauvoir (1967, p. 9) de uma construção civilizatória dos corpos, afirmam que

ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro.

Pode se perceber que o biológico colide constantemente com os constructos sociais, mantendo uma possível abertura para as modificações corpóreas. Os pensamentos de (des) construção corporal que envolvem as temáticas de travestilidades e transexualidades possibilitam uma reinvenção dos papéis e dos corpos nomeados como femininos e masculinos, numa concepção de que tudo foi instituído por um poder (simbólico) dominante. O que para Louro (2003), implica em uma percepção de corpos culturais nos quais seus significados são dados de acordo com a cultura pelos quais são marcados, sendo constantemente modificados.

Aponta-se neste processo de mudanças dos entendimentos dos corpos humanos, que muitas vezes a diferença entre eles é baseada no corpo masculino numa condução reducionista do corpo feminino como no modelo de *sexo único*. Para Birman (2001, p.33),

apenas no final do século XVIII e o no início do século XIX teria se forjado um discurso sistemático sobre esta diferença, pois até então os sexos eram concebidos de maneira hierárquica, sendo sempre regulados pelo modelo masculino. Este era figurado de maneira indiscutível como o sexo perfeito.

A perfeição apontada por Birman, como característica do corpo masculino, não se fixa a ideia de *sexo único* e acompanha as próprias diferenças entre os sexos, já que a perfeição masculina estaria ligada ao ato de procriação no qual

a figura do macho então seria a responsável pela transmissão da humanidade propriamente dita, já que apenas aquele seria o portador do princípio divino. (...) o macho seria, ontologicamente falando, o princípio motor e gerador, isto é, o único ser que poderia engendrar um outro. Em contrapartida, a figura da fêmea, enquanto matéria, esperaria passivamente para ser engendrada. A figura do macho seria, pois, atividade e a da fêmea, passividade (Idem)

Configura-se, portanto, uma visão sexista entre os corpos pensados a partir de dois pontos principais, um a “perfeição ativa” dos homens, e outro a procriação entendida como responsabilidade máxima dos homens já que as mulheres são vistas de forma receptiva perante a atividade masculina. Estas concepções sexistas e reducionistas do feminino atravessam as gerações e perduram até os dias atuais, mesmo que se revelem com outras faces mais sutis diante das conquistas por direitos humanos e, especificamente, direitos das mulheres pelos movimentos organizados das mesmas. Estes atravessamentos entendidos como histórico-culturais marcam e nomeiam os corpos, como aponta Rocha Pitta (2008, p. 69), para quem o corpo,

que pouco tem de natural, tanto na sua aparência (gestos, andar, olhar, sexo etc., que levam à transformação da matéria) quanto nas suas funções ou nas suas expressões, pode ser apreendido nas

diversas produções de uma cultura: descrição direta (atitudes do cotidiano, representações em teatro, dança, folclore etc.), fotografia, cinema e seus derivados, relatos míticos, literatura, artes plásticas... enfim, não são as imagens que faltam, nem a diversidade destas. Talvez mais importante do que tanta diversidade de aparência, seja o fato de o corpo ser o suporte do gesto.

Os corpos que transportam gestos transformados em linguagens específicas e são marcados por todos os mecanismos sociais apresentados, já não são vistos como em outras épocas. A contemporaneidade é caracterizada pelas diferenças que se tornam públicas e passam a exigir um tratamento político igualitário. Reconhecer a existência de diferentes seres humanos que agem e por si só, são diferentes do que culturalmente se espera, é enfrentar limites e barreiras e também processos desconstrutivos de ideais imaginários. As pluralidades humanas se atravessam cotidianamente e são atravessadas por discursos que a constituem coletivamente com características que fazem um ser, ser pessoa. Estes atravessamentos construtores da humanidade pressupõem obediência a determinadas regras e é preciso se pensar até que ponto impõem limitações às formas distintas de vivenciá-las, inclusive na própria relação com os corpos.

Para Foucault (1997), todos os comportamentos corporais estão sob constante vigilância para se possibilitar os roubos de uma liberdade não aceitável por quem detém o saber, numa tríplice relação entre saber, poder e corpos. E, nas teorias Queer, o processo cultural é profundamente considerado diante da complexidade humana já que ela,

quer nos fazer pensar queer (homossexual, mas também ‘diferente’) e não straight (heterossexual, mas também ‘quadrado’): ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. (...) A teoria queer é, nesse sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa (LOURO, 2001, p.71).

Exatamente esta subversão de uma ordem patriarcal e reducionista em relação aos corpos e a cisheteronormatividade, encontra gradativamente espaços para se firmar propondo uma nova concepção de corpos e sexualidades em geral, considerando que as mudanças acontecem e nos atravessam com as proibições e as interdições dos corpos femininos e transexuais, ligadas ao controle masculino.

Letícia Nascimento, mulher travesti, gorda, negra, doutora e escritora do livro *Transfeminismo*, atualiza a fala de Sojourner Truth: “E eu não sou uma mulher?” (NASCIMENTO, 2021, p. 17), ao nos perguntar: “E não posso ser eu uma mulher?” (NASCIMENTO, 2021, p. 20). Quem, se não a Cisheteronormatividade define quem pode ser o que numa universalização do que é ser mulher, universalização esta que exclui corpos gordos, negros, trans e travestis, com deficiências, indígenas?!

3. O papel das psicologias na luta contra as violências cisheteronormativas

Para Veiga (2021, p. 81), “numa sociedade estruturada na violência, sua reestruturação não pode se dar senão por meio do que Mombaça (2016), chamou de ‘redistribuição da violência’. Mas, diferente do modo destruidor da violência colonial, a violência anticolonial é uma violência criadora”. Como as Psicologias podem contribuir com esta destruição da violência colonial e promoverem a violência criadora?

Em termos gerais, é preciso pensar em micropolíticas que provoquem rachaduras nessas estruturas violentas. É isso que Deleuze e Guattari (1995) chamam de “linhas de fuga”, ou seja, estratégias de afirmação da vida, agenciamento de mudanças, de criação de algo novo em um cenário de colonização e opressão.

Pensamos que uma primeira contribuição é que, desde a graduação, essas violências precisam ser desveladas para o corpo discente para que, conjuntamente, se possam encontrar possibilidades criadoras. Conjuntamente porque uma formação acadêmica não deveria ser baseada na relação hierárquica na qual discentes são seres vazios de saber que precisam ser preenchidos pelo saber docente. Para Hooks (2021, p. 235), “um ambiente de faculdade deveria fortalecer a habilidade de um estudante para tomar decisões e fazer escolhas maduras e responsáveis.” Para isto é necessário rever o papel docente e as relações trabalhistas, especialmente nas faculdades privadas que, muitas vezes, agem num viés clientelista abarrotando as salas de aula e promovendo ambientes adoecedores. Hooks (2021, p. 206-207)), afirma que “esse modelo organizacional reforça hierarquias de poder e controle e incentiva os estudantes a ser favoráveis ao medo – ou seja, temer os professores e procurar agradá-los. Ao mesmo tempo, alunos e alunas são incentivados a duvidar de si, de sua capacidade de saber, de pensar e de agir”.

Se a relação docente&discente&instituição muda, passamos a um possível segundo ponto, o cancelamento da importação de saberes eurocentrados. Veiga (2021, p. 82) aponta que “os currículos de psicologia nas universidades brasileiras são impregnados de colonialismo, e os autores estudados são homens-brancos-europeus”, excluindo assim, uma gama de saberes como os Africanos, Indígenas, Latinos, Femininos e Transaberes. Ressignificar nosso olhar sobre os saberes não eurocentrados é obrigação do corpo docente e das universidades em si visto que, “ao limitar-se às conceituações brancas e europeias sobre saúde mental e sofrimento psíquico, a psicologia brasileira deixa de contemplar e tratar adequadamente 54% da população do país, composta por negros e negras”, e outras parcelas significativas de mulheres, indígenas, LGBTQIAP+ e outras comunidades historicamente excluídas.

Considerações ou pistas para uma não conclusão

O que esta pesquisa buscou apontar foram as possibilidades existentes e a necessidade de criar outras, para uma ampliação de relações mais afetivas e asser-

tivas entre docentes&discentes&instituição. Também, objetivou-se e percebeu-se, durante a construção desta pesquisa, as constantes criações discursivas que afetam (in)diretamente a humanidade numa política normalizadora e controladora dos corpos. A estratificação, a cristalização presente em muitos discursos, sejam eles religiosos, academicistas, médicos, jurídicos, biologicistas, ou psicologismos, ou mesmo ideologistas de grupos que compõem a pluralidade de corpos e sexualidades, desfavorece uma parcela importante da população brasileira que clama, não apenas por uma linguagem politicamente correta, e sim por uma concretização de direitos, por uma sociedade livre de tantos tabus, normatizações e marcas moralistas negativas, nos corpos que se constroem e reconstroem cotidianamente.

O ser humano não se caracteriza por estruturas duras e cristalizadas. Ao contrário, o ser humano é uma metamorfose constante na qual marcas e atravessamentos modelam os corpos e as vivências, e símbolos se personificam em identidades sociohistóricas-culturais.

Normatizar, confessar, dominar, regular, marcar, impor, instituir, atravessar, capturar, assassinar... todos verbos que geralmente são usados por discursos colonizadores que visam a manutenção das relações de poder e as violências em si. É preciso romper com as velhas lógicas normatizadoras e reguladoras dos corpos e vivências diversas, não visualizando a pessoa como um sujeito passível de ser enquadrado em ‘normas específicas’, engavetando seus sonhos e exigindo que todas as pessoas tenham os mesmos comportamentos, sentimentos, desejos e concretudes. A pessoa necessita ser percebida em seus momentos metamórficos, considerando suas complexidades e distintas formas de ser humana. Afirmar uma manifestação de amor voltada para uma procriação ou embasada reducionista, em corpos biológicos, pode simbolizar (e muitas vezes simboliza), a morte de uma subjetividade existente em pessoas que vivenciam formas distintas do amor.

Cabe à Psicologia desconstruir esses discursos aprisionantes e colonizadores no tangente à graduação e à prática Psi. E, nós, afirma Hooks (2021, p. 57), “que trabalhamos em educação, somos especialmente afortunados, porque, individualmente, podemos atuar contra o reforço da cultura do dominador e dos preconceitos com pouca ou nenhuma resistência. Professores universitários têm uma liberdade tremenda na sala de aula”, porém, “como não houve uma transformação radical da educação em seus fundamentos, a educação como prática da liberdade ainda é uma pedagogia aceita apenas por indivíduos que escolhem focar seus esforços nessa direção” (HOOKS, 2020, p. 58).

Almejar relações mais afetivas e efetivas entre docentes, discentes e instituição de ensino e, uma formação Psi mais brasileira e plural, longe de ser uma utopia é uma obrigação com a própria profissão e com a saúde de profissionais e usuários. Só assim evitaremos que as subjetividades negras, femininas, indígenas, LGBTQIAP+, sejam silenciadas nas formações acadêmicas e, tão importante quanto, evitaremos que a formação em Psicologia produza maiores sofrimentos em sua prática clínica.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam, (coord.) **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas.** Miriam Abramovay, Anna Lúcia Cunha, Priscila Pinto Calaf. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. 496 p. Bibliografia: p. 469-495.

BEAUVOUR, Simone de. **O segundo sexo – A experiência vivida.** Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BIRMAN, Joel. **Gramáticas do erotismo – A Feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BUTLER, Judith. **Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>> Acesso em: 22 out. 2022.

CORRÊA, Marilda Ciribelli. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: 7 Letras. 2003.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** v. 01. São Paulo: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. ^a Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Vozes: Petrópolis: 1977.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.** Trad. Bhuvan Libanio. São Paulo: Elefante, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança.** Trad. Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpos que escapam. Estudos feministas,** v. 04. Brasília/Montreal/Paris: Labrys. 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Org. **O corpo educado - Pedagogias da sexualidade.** Guacira Lopes Louro, Jeffrey Weeks, Deborah Britzman, bell hooks, Richard Parker, Judith Butler. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MONTEIRO, Marko. **Resenha - Michel Foucault, Frank Mort e Jonathan Walters.** 1993. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/~marko/resenhafoucault.htm>> Acesso em: 21 out. 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PITTA, Danielle Perin Rocha, **O corpo inserido em diversas lógicas culturais: uma poética da sexualidade**. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2283/1716>. Acesso em: 21 out. 2002.

VEIGA, Lucas Motta. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.